

DIVALDO SURUAGY

O Brasil vive, desde a instalação do novo Governo, um momento de crucial existência. Os brasileiros estão perplexos, apreensivos e naturalmente preocupados com a complexidade das reformas adotadas pelo Poder Executivo como consequência natural do Plano Brasil Novo. Sou o primeiro a reconhecer que reformas profundas, amplas, abrangentes e radicais eram inevitáveis ante a ameaça de desagregação do quadro econômico. O que me preocupa é menos a forma do que o próprio fundamento ético e jurídico das mudanças. Vou logo aos pontos principais de meu questionamento.

Contesto os instrumentos utilizados para a tipificação de crimes, por meio de medidas provisórias quando a Constituição exige a utilização da Lei, em sentido formal.

Contesto os métodos, as ameaças e os instrumentos de coação utilizados pelo Executivo, visando impor ao País a passividade e o conformismo, em face de uma nova realidade para a qual a sociedade não contribuiu.

Contesto a pretendida infalibilidade das medidas que ameaçaram paralisar a vida econômica, inviabilizar o sistema produtivo e gerar a intranquilidade social.

A União não pode impor a estados e municípios as restrições que não esteja disposta a impor a si mesma. E, ao que se sabe, o atual Governo não

está interessado em ceder mas sim em conquistar mais poder.

Se o estado a cujas rendas não se impôs qualquer restrição ou confisco, cujas disponibilidades estão intactas, intangíveis e intocáveis, pode, em nome de um imperativo de ordem econômica, dispensar servidores, como proibir a empresa privada de fazê-lo, em face das notórias dificuldades por que passam todas as atividades econômicas impostas pelo próprio Governo?

A recessão econômica é uma realidade latente em todo o setor produtivo nacional, pela inércia e pela falta de ação do Governo, incapaz de dar as suas próprias decisões.

Não se cria um regime liberal com métodos fascistas. A postura majestática do presidente da República mostra-nos que quem faz oposição ao seu Governo faz oposição ao Brasil, uma identificação ao mesmo tempo perigosa e presunçosa.

Este Governo fez o que nem a inflação descontrolada e galopante dos últimos anos conseguiu: desmoralizar, literalmente, desacreditar o único instrumento de poupança popular, sólido, seguro e dotado de credibilidade, que há quase 30 anos era uma das mais confiáveis instituições financeiras do País. Algo que nenhum Governo, nem mesmo no auge do autoritarismo, ousou praticar.

Ao apropriar-se dos bens dos particulares confiados ao sistema finance-

ro, a pretexto de enxugar a liquidez do meio circulante, o Presidente permitiu aos pés-descalços a ilusão de que sacrificava os ricos, nivelando grandes industriais, classe média e trabalhadores, ao estabelecer o número máximo de Cr\$ 50 mil para todos. Parecia aos pobres que um Robin Hood tupiniquim emergia dos palácios e dispunha-se a fazer justiça social.

Contrariando as expectativas, a inflação não cedeu; as indústrias e o comércio, premidos pela falta de capital de giro, deram origem ao capítulo mais cruel do plano: o emprego vem travando sua maior batalha contra o tempo, fantasiado de férias coletivas, licença remunerada e contemplando até a redução dos salários. As evidências são incontáveis: em menos de um ano de Governo, há mais ratificações de redução de jornada de trabalho do que no período considerado negro, compreendido entre 1981 e 1983.

Tenhamos sempre em mente o ensinamento de Rui Barbosa: "O arbítrio, eis o inimigo, senhores juizes. Não vos temais senão dele. Fora da legalidade é que se escondem os grandes perigos e se preparam os naufrágios irremediáveis".

■ Divaldo Suruagy é senador pelo Estado de Alagoas, segundo-secretário da Mesa do Senado e ex-governador de Alagoas.